

ACADEMIA MILITAR

Patrono dos Cursos de Entrada na Academia Militar

Ano Lectivo 2011-2012

**D. Carlos de Mascarenhas, Brigadeiro (1803-
1861)**

Trabalho Realizado por: Capitão da GNR/Infantaria, Reinaldo Saraiva Hermenegildo



D. Carlos de Mascarenhas¹

¹ Guarda Nacional Republicana, *Origens da Guarda Nacional Republicana*, Parte I, GNR, Lisboa, 1949, p. 23: Foto enquanto Comandante da Guarda Municipal de Lisboa, no posto de Tenente-coronel.

1. Introdução

A escolha do patrono dos cursos de entrada no ano lectivo 2011-2012 na Academia Militar (AM), destinados à formação dos oficiais do Exército e da Guarda Nacional Republicana (GNR) assume uma importância particular, que convém realçar, embora de forma sintética alguns aspectos.

Em primeiro lugar, como tradição da instituição militar e dos estabelecimentos de ensino superior militar que deve ser mantida e preservada, de ter uma figura histórica como fonte de inspiração e de referência para os alunos do primeiro ano da Academia Militar e que os irá prosseguir ao longo do seu curso e no decurso das suas vidas profissionais e militares.

Em segundo lugar, é sempre importante procurar exemplos passados de grande valor enquanto militares, comandantes e Homens, para que sirvam de referência aos futuros oficiais do Exército e da GNR. Destacar o importante e relevante papel dos antecessores é uma forma de incentivar o estudo e servir de guia de forma a dar cumprimento ao legado dos antecessores no cabal cumprimento da missão da Instituição e na exaltação dos valores mais altos do país.

Em terceiro lugar, pela primeira vez desde que a Academia Militar forma oficiais do Exército e da GNR (desde 1991), que os cursos do ano lectivo 2011/2012 irão ter um patrono com ligações às duas instituições que ele serviu em várias funções no Exército e na Guarda Municipal de Lisboa (antecessora da actual GNR).

D. Carlos de Mascarenhas destacou-se desde cedo, mesmo enquanto Cadete, para mais tarde já como oficial, Alferes, Tenente e Capitão ter recebido dos mais rasgados elogios e reconhecimentos públicos. Neste último posto, chegou mesmo a receber a condecoração da Torre e Espada², com direito a honras de coronel e promoção a Major por distinção. No posto de Major e de Tenente-coronel continuar a desenvolver importantes e destacados serviços, com realce para as de comandante da Guarda Municipal de Lisboa. No posto de Coronel e Brigadeiro, assumiria as funções de comandante da Guarda, do Regimento da Rainha de Lanceiros 2, e de chefe da casa militar do Rei, além de ter sido feito par do Reino, gentil-homem da câmara e ajudante de campo de D. Pedro.

Viveu durante um período histórico conturbado da história portuguesa, nomeadamente a guerra civil em Portugal, as lutas liberais, da qual ele foi firme defensor e combatente das ideias liberais, ao lado de outras figuras destacadas portuguesas, como por exemplo, D. Pedro e Bernardo Sá Nogueira, o Marquês de Sá da bandeira, fundador da Academia Militar.

² A condecoração de Torre e Espada é a mais elevada condecoração portuguesa.

O Brigadeiro, D. Carlos de Mascarenhas, destacou-se essencialmente pelas suas qualidades enquanto comandante nos diversos postos e funções, assumindo-se e considerado como um homem «valente» e com uma personalidade destacada de firmes valores e princípios, na forma de ser e na convivência com os militares e elementos da sociedade e civil. Era valente e forte nas acções militares, delicado, educado e cortês no trato.

Conhecido também pelo seu estilo dialogante e equidistante das problemáticas político-partidárias, que soube afastar-se dessas lutas, quando as mesmas iam contra os seus princípios. Ficou na história como um exímio cavaleiro e cavalheiro, e acima de dos mais elevados elogios.

Cadetes do Curso Brigadeiro D. Carlos de Mascarenhas procurem inspiração no forte e valente militar, e nos valores, princípios e trato com que D. Carlos pautava o seu comportamento para com os demais homens, militares e civis.

2. D. Carlos de Mascarenhas: dados pessoais e laços familiares

D. Carlos de Mascarenhas, nasceu em Lisboa, na freguesia de Benfica, a 2 de Abril de 1803, local onde veio também a falecer em 03 de Maio de 1861. Era filho do 6.º Marquês da Fronteira, D. João José de Mascarenhas Barreto, e de D. Leonor Benedita de Oyenhausen Gravenburgo, Condessa de Oyenhausen, na Áustria, e irmão do 7.º Marquês de Fronteira, D. José Trazimundo de Mascarenhas Barreto.

O irmão é o morgado e ele é um filho segundo. Os bens mais importantes são pertença do primogénito. Diferem sistematicamente os génios, nem por isso foram menos afectuosas as relações entre os dois. O Marquês apesar da sua nobre prosápia, professa ideias avançadas. D. Carlos mantém na íntegra a rígida estirpe da família. Os dois irmãos comungam na orientação dinástica do imperador. A cisão é funda entre os aristocratas adeptos do poder representativos e os prosélitos do direito absoluto³.

Teve sete filhos de Maria Luísa Falco Barata Feio, três raparigas e quatro rapazes⁴.

3. D. Carlos de Mascarenhas: os primeiros *passos* na vida militar

Assentou praça, como Cadete, a 27 de Maio de 1821, na Arma de Cavalaria, em Cavalaria 4, sob o comando de D. João, conde de Oyenhausen, seu tio. Desde muito cedo começou a distinguir-se, nas suas fichas de avaliação na época, como Cadete, eram-lhe dirigidos os maiores elogios. Nas várias vertentes de avaliação, na componente física e de saúde podia ler-se “Excelente, muito forte, robusto e capaz para todo o serviço», na conduta civil referia-se como «Excelente e mostrando a

³ Guarda Nacional Republicana, *op. cit.*, p. 21.

⁴ Disponível em: http://www.geneall.net/P/per_page.php?id=23671. Consultado em [26/07/2011].

melhor educação», na conduta militar era apontado como «muito subordinado, esforçado e respeitado», na aplicação aos estudos e serviço «emprega-se com as melhores das vontades no desempenho dos seus deveres, dando o melhor exemplo», e por fim o Comandante fazia o seguinte juízo do Cadete Carlos de Mascarenhas: «Merecedor, muito bom, considero e julgo digno de ser oficial»⁵.

4. O contexto político português: o Papel de D. Carlos nas Guerras entre Liberais e Absolutistas

Enquanto D. Carlos de Mascarenhas era Cadete, em Portugal assistíamos ao primeiro momento de instauração do liberalismo no país (1820-1823) dominado pelas Cortes que decretaram as primeiras reformas e votaram uma Constituição. Mais tarde uma reacção absolutista (1823-1826), que aboliu a Constituição e anulou as reformas; durante o qual se adoptou a Carta outorgada aos portugueses por D. Pedro, imperador do Brasil e herdeiro do trono de Portugal; uma nova reacção absolutista (1828-1834) que se desencadeou logo após o desembarque de D. Miguel em Lisboa; e por último a guerra civil (1832-1834), que terminou com a vitória definitiva dos liberais adeptos da carta outorgada por D. Pedro em 1826⁶.

Nesse mesmo período assistimos a grandes transformações no Reino português, Declaração da Independência do Brasil (1822), pelo Príncipe D. Pedro, grupo a quem D. Carlos de Mascarenhas viera a ser fiel e apoiante, redacção da primeira Constituição (1822)⁷, criação e dissolução durante a primavera de 1823 da Guarda Nacional (voltamos a este ponto mais à frente).

Para os constitucionalistas como Jorge Miranda, este período é um dos subperíodos do constitucionalismo liberal (1820-1851), caracterizado pelo antagonismo entre liberais e absolutistas, numa primeira fase, e depois entre vintistas (liberais radicais) e cartistas (defensores da Carta Constitucional), posteriormente, pelo clima de guerra civil e pela feitura e substituição de três

⁵ Processo Individual do Brigadeiro D. Carlos de Mascarenhas. Caixa n.º 1943, do Arquivo Histórico Militar.

⁶ Vitor Sá, *cit.*, Bernardina Felgueiras, *História de Portugal*, Politécnica Editora, Lisboa, 1978, p. 285.

⁷ Jorge Miranda, *Manual de Direito Constitucional, Tomo I – Preliminares: O Estado e os Sistemas Constitucionais*, 7.ª Ed., Coimbra Editores, Coimbra, 2003, pp. 264-265: «A Constituição de 1822 foi obra das Cortes Constituintes eleitas em Portugal, no Brasil e nos territórios portugueses da África e da Ásia, de acordo com uma regra de proporcionalidade entre o número de eleitores e o número de Deputados a eleger – o que era bem significativo do princípio da igualdade de direitos e do conceito de Nação que os homens de 1820 adoptaram. (...) A Constituição de 1822 tem uma fonte directa e principal a Constituição de Cádiz, e, através dela ou subsidiariamente, as constituições francesas de 1791 e 1795. Na sua origem acham-se, portanto, grandes linhas de constitucionalismo francês, atenuadas ou interpretadas, na linha de utilitarismo de BENTHAM (que chegou a ter correspondência directa com as Cortes portuguesas), com procura do equilíbrio entre o poder do Estado e os direitos e deveres individuais». [referia ainda o mesmo autor por curiosidade em nota de rodapé (n.º 3)] «que a Constituição de Cádiz chegou a ser posta em vigor no Brasil pelo Decreto de 21 de Abril de 1821 (revogado no dia seguinte...). E também em Nápoles e no Piemonte, por essa altura, se quis aplicá-la».

constituições⁸. O fim deste período coincide com o fim do comando de D. Carlos à frente da Guarda Municipal de Lisboa e com a sua segunda saída para a inactividade.

Como iremos abordar à frente, depois do segundo regresso de D. Carlos à actividade, desta vez, já como Brigadeiro, para a casa do monarca, em 1851, do ponto de vista constitucional, iniciamos um novo subperíodo, o da *Regeneração* (1851-1891), caracterizada pela pacificação à sombra do Acto Adicional de 1852, pela política de melhoramentos materiais («fontismo») e pelo rotativismo de partidos no poder⁹.

Os ideais da Revolução Francesa continuaram a difundir-se por toda a Europa e, em 1820, dá-se uma revolução liberal no porto¹⁰, que praticamente instaura o regime liberal e, pouco depois, o regime Constitucional. D. João VI vê-se obrigado a regressar a Portugal, deixando como regente do Brasil o seu filho, D. Pedro, que declara a independência do país em 1822¹¹. D. Pedro foi proclamado Imperador do Brasil, e Portugal teve de reconhecer, mais tarde, a independência do Brasil, por D. João VI em 1825.

Depois de inaugurado o regime liberal em Portugal em 1820, a «Junta Provisória do Governo Supremo do Reino» mandou realizar eleições para a escolha dos deputados que havia de elaborar a constituição, onde depois destas, iriam realizar as reuniões (iniciaram em Janeiro de 1821), numa sala do antigo convento das Necessidades, adaptada a Parlamento ou Cortes e iniciaram o seu trabalho¹², tendo os trabalhos terminado alguns meses depois e dado origem à Constituição de 1822.

Entretanto, à medida que os trabalhos supracitados se desenvolviam, começaram a aparecer novas reformas liberais: foram abolidos os direitos dos fidalgos e eclesiásticos, suprimidas as corporações de artes e ofícios, anulados os direitos das cidades e províncias, extinto o tribunal do Santo Ofício¹³.

A Constituição veio transformar a monarquia absoluta numa monarquia constitucional, e, ao poder soberano do Rei, substitui três poderes políticos, completamente independentes: o poder legislativo foi atribuído às Cortes, sendo os deputados escolhidos por eleição; o poder executivo, confiado ao Monarca e Secretários de Estado, ou Ministros; o poder judicial, concedido aos juízes¹⁴.

A Constituição vem assim limitar o poder do Rei, ao declarar que a sua autoridade «provinha da Nação», não podendo este impedir a eleição dos deputados, opor-se às Cortes, por

⁸ Jorge Miranda, *O Essencial Sobre a Constituição Portuguesa*, INCM, Lisboa, 1986, p. 8.

⁹ Idem, pp. 8-9.

¹⁰ Ver acerca das guerras liberais, a título de exemplo, José Manuel Freire Nogueira, *As Guerras Liberais. Uma Reflexão Estratégica sobre a História de Portugal*, Edições Cosmos/IDN, Lisboa, 2004.

¹¹ Isabel Alexandra Fernandes, *Reis e Rainhas de Portugal*, Texto Editora, Lisboa, 1999, p. 66.

¹² António G. Matoso, *Compêndio de História Universal*, 7.ª ed., Sá da Costa Editores, Lisboa, 1967, p. 179.

¹³ *Ibidem*.

¹⁴ Idem, pp. 180-181.

outro lado, algumas leis não precisavam de sanção régia, nomeadamente as relativas aos impostos e despesas públicas, as alterações constitucionais e as disposições já votadas pelas Cortes Constituintes¹⁵.

Neste período a situação política originou a formação de dois partidos, com pontos de vista muito diferentes, os liberais ou constitucionalistas, sendo defensores da ordem nova; e os absolutistas ou realistas pretendiam a continuidade das instituições anteriores¹⁶.

O governo liberal começou o seu programa de reformas, mas as execuções dos mesmos eram de difícil implementação, tal como acontecia em Espanha, tendo inclusive provocado uma intervenção da Santa Aliança, que encarregou a França de restabelecer a monarquia absoluta espanhola, o que conseguiu apenas, depois de ter enviado um corpo de tropas. Este acontecimento *estimulou* os realistas portugueses que, dirigidos pelo Conde de Amarante, se revoltaram em Trás-os-Montes (1823). A rebelião propagou-se por quase toda a província e comunicou-se ao Alentejo, mas foi dominada brevemente¹⁷.

Nesta intervenção, D. Carlos fez parte das tropas do General Luís do Rego, organizadas em Corpo do Exército no Norte de Portugal, aquando da revolta do Marquês de Chaves, em Março de 1823, e tomou parte no combate de Amarante contra o regime Absolutista, que através do Esquadrão a que pertencia D. Carlos, perseguindo os seus defensores até Salamanca. Triunfando logo depois, as ideias contrárias aos constitucionais, D. Carlos ficou muito tempo sem promoção, pois eram notórias a suas ideias liberais.

Pouco tempo depois, uma nova rebelião, dirigida pelo infante D. Miguel que, após ter reunido algumas tropas em Vila Franca de Xira, proclamou a monarquia absoluta. D. João aceitou a «Vilafrancada», como foi denominada a revolta do Infante, organizou um novo governo e nomeou D. Miguel generalíssimo do exército português¹⁸.

Todavia, a vida política manteve-se instável, em parte, eventualmente em função dos ministros escolhidos pelo Rei, alguns dos quais, como Mouzinho da Silveira, não agradaram a D. Miguel, pelo que este pôs em marcha uma nova revolução, «a Abrilada», em 30 de Abril de 1824¹⁹, era ainda D. Carlos de Mascarenhas Cadete.

D. João VI aceitou, como fizera antes, a nova situação. O corpo diplomático, porém, interveio e levou o Monarca para bordo de uma nau inglesa, declarando que o mesmo fora privado

¹⁵ Idem, p. 181.

¹⁶ Idem, p. 182.

¹⁷ Idem, pp. 182-183.

¹⁸ Idem, p. 183

¹⁹ Idem, p. 184.

da liberdade. Uma vez aqui, demitiu D. Miguel do cargo de generalíssimo. O Infante, obrigado a exilar-se, partiu para o estrangeiro²⁰.

Passado pouco tempo, D. João VI adoeceu gravemente, não podendo tomar conta dos negócios do Estado, nomeou uma Regência, presidida pela infanta Dona Isabel Maria, a qual devia exercer o poder enquanto durasse o seu impedimento, e, no caso de falecer «enquanto o legítimo sucessor da Cora não desse as suas providências». Veio de facto a morrer poucos dias depois em Março de 1826²¹.

Apesar das dúvidas quanto à sucessão do trono, D. Pedro considerou-se como Rei de Portugal, confirmou a regência, abdicou em sua filha, Dona Maria da Glória e outorgou a Portugal a Carta Constitucional (1826), destinada a substituir a Constituição de 1822.

A Carta Constitucional é obra pessoal de D. Pedro IV e foi redigida num tempo curtíssima pelo Monarca, no Brasil, antes de abdicar (sob certas condições) da coroa portuguesa. A Carta tem desta forma a Constituição brasileira como fonte, apesar das diferenças, explicáveis pelas diferenças entre os dois países²².

Como refere Jorge Miranda, «a outorga feita pelo Rei implica uma mudança de natureza do regime político: de *monárquico* passa para *monárquico constitucional*; ao outorgar a Carta, ao exercer o *poder constituinte*, o Rei manifesta-se, pela sua última vez, como Rei absoluto; mas a partir desse momento, a partir da entrada em vigor da Carta, ele torna-se um *poder constituído* ao lado de outros poderes constituídos; e, por isso, não lhe pertence o poder de revisão constitucional – este pertence – às Cortes com sanção obrigatória real»²³.

D. Carlos de Mascarenhas só foi promovido ao posto de Alferes, em 14 de Dezembro de 1826, após a promulgação da Carta Constitucional, por D. Pedro defensor das ideias liberais²⁴, tal como D. Carlos.

Depois da promulgação, em 1826, tomou parte e distinguiu-se muito no combate, tendo o «seu pulso de ferro» derrubado adversários no combate de Arronches, que opôs o Conde de Vila Flor contra as tropas absolutistas de Magessi, e nas acções de Coruche, Ponte do Prado e Ponte da Barca, tendo sido nomeado após o fim da luta, Ajudante de Campo do Conde de Vila Flor, mais tarde Duque da Terceira, quando este tomou o comando das armas do Porto.

²⁰ *Ibidem*.

²¹ *Ibidem*.

²² Ver sobre a Carta Constitucional e as diferenças em relação à Constituição brasileira, Jorge Miranda, *Manual de Direito Constitucional, op. cit.*, pp. 274-285.

²³ *Idem*, p. 276.

²⁴ Ver sobre os oficiais do Exército de D. Pedro e sobre as origens e desenvolvimentos das guerras liberais no país, Américo Fernandes Henriques, (introdução), *Os Oficiais do Exército de Dom Pedro*, Guarda-Mor, Lisboa, 2008. Edição Reeditada, Original publicada em 25 de Julho de 1833.

A questão da sucessão dinástica continuava a ser grave, dado que Dona Maria da Glória tinha apenas sete anos de idade e D. Pedro era imperador do Brasil. Com efeito, de forma a resolver o problema político, anunciou o casamento da Princesa com D. Miguel, nomeado seu lugar-tenente a fim de este governar e reger Portugal em conformidade com a Carta Constitucional²⁵.

D. Miguel aceitou as condições, e regressou de Viena de Áustria, onde se encontrava exilado e regressou para o Reino. D. Pedro decretou a abdicação definitiva, a 3 de Março de 1828. D. Miguel foi então recebido com grandes manifestações de simpatia pelos seus partidários. Após visualizar esta acção, convocou as cortes à moda antiga, para estas se pronunciarem sobre a questão sucessória. Esta assembleia, dominada pelos absolutistas conclui que D. Pedro fora excluído da sucessão e aclamou D. Miguel «rei de Portugal» (1828)²⁶.

Este acontecimento provocou o descontentamento dos liberais, que se revoltaram contra D. Miguel em várias províncias. Mas não tendo podido triunfar, começaram a emigrar para o estrangeiro, principalmente para Inglaterra, onde foram um núcleo de resistência²⁷.

Foi também em 1828, que D. Carlos emigrou para Inglaterra e acompanhou o seu General à ilha Terceira, onde tomou parte na batalha de Vila da Praia e na tomada de várias ilhas dos Açores, onde se evidencia. «Pisa todas as ilhas com o pé vencedor»²⁸.

Na ilha Terceira os liberais revoltaram-se e ficaram senhores da situação. Instituíram um governo interino, pediram auxílio aos emigrados que se achavam na Inglaterra e aumentaram o seu poder de resistência, devido ao apoio que estes lhe começaram a prestar, visto para ali haverem partido em grande número. D. Pedro, acedendo aos seus apelos, formou uma Regência de três membros, que se fixaram em Angra e tomaram o encargo do governo do Reino de Portugal e seus domínios²⁹.

Entretanto termina no Brasil a popularidade de D. Pedro. Vendo-se sem apoios, abdica a favor do seu filho, D. Pedro de Alcântara (1831) e dirige-se para Inglaterra. Aqui organiza uma expedição destinada a vir defender a causa liberal e os direitos da sua filha. Chega aos Açores, toma a direcção do governo e constitui um ministério, do qual fazem parte o marquês de Palmela e Mouzinho da Silveira³⁰.

Os liberais encabeçados pelo próprio D. Pedro IV, conseguem organizar-se a partir da ilha Terceira, nos Açores e, com um exército composto sobretudo por mercenários franceses e ingleses,

²⁵ António G. Matoso, *op. cit.*, p. 186.

²⁶ *Ibidem*.

²⁷ *Ibidem*.

²⁸ Guarda Nacional Republicana, *op. cit.*, p. 22.

²⁹ António G. Matoso, *op. cit.*, pp. 186-187.

³⁰ *Idem*, p. 187.

desembarcam em Portugal e tomam a cidade do Porto³¹. Com efeito, em 1832, deixa os Açores, partindo com os seus «homens» para o continente e desembarca na praia do Mindelo. Marcha sobre o Porto e entra na cidade, que os miguelistas haviam abandonado, fixando-se nos arredores³².

Em 1832, desembarcou no Mindelo, onde se distinguiu na sua intervenção no combate de Ponte Ferreira, no cerco do Porto, nomeadamente na batalha de Ponte Ferreira, onde foi ferido, tendo a sua acção destacada sido premiada com a promoção a Tenente e o Grau de Cavaleiro da Ordem Militar da Torre e Espada. Depois da derrota de Souto Redondo, passou a servir sob as ordens do Duque de Bragança, foi promovido a Capitão, recebendo o comando de um esquadrão de Lanceiros da Rainha, com o qual fez o resto das campanhas da guerra civil, «sempre notável de bravura e intrepidez»³³.

D. Carlos tinha sido promovido a Tenente, em 06 de Agosto de 1832, em plena guerra civil em Portugal, na Batalha de Ponte Ferreira (23 de Julho de 1832) e um dia antes do Combate de Souto Redondo (7 de Agosto de 1832).

Após ter «dominado» o Porto, os liberais não fizeram, a princípio, grandes progressos. Entrincheirados na cidade, foram repelindo os ataques miguelistas. De seguida os liberais tentaram dividir as forças miguelistas, como a única forma de enfraquecerem a resistência. Organizaram então uma expedição de 1500 homens, comandados pelo duque da Terceira, os quais desembarcaram na costa algarvia e conseguiram apoderar-se da província. Depois, marcharam sobre Lisboa, onde entraram sem resistência (1833), dado que os absolutistas tinham-se retirado para o Norte³⁴.

D. Carlos foi promovido a Capitão em 25 de Julho de 1833, e já neste posto em Pernes deve-se-lhe a destruição de um dos quadrados da infantaria miguelista.

Os miguelistas levantaram o cerco do Porto e marcharam sobre Lisboa, mas não conseguiram sucessos. As operações continuaram, no entanto, no Ribatejo, onde se travaram as batalhas de Almoester e Asseiceira. Vencidos os absolutistas ficaram desmoralizados e vêm-se obrigados a desistir da luta, depois de terem aceitado a convenção de Évora-Monte (1834)³⁵.

D. Miguel embarcou em Sines e chegou a Génova, onde publicou um protesto contra a Convenção de Évora-Monte. Declarava ter-lhe sido arrancada pela força, considerando-a, portanto, «nula e de nenhum efeito». Os liberais, vencedores, tomaram conta do poder e continuaram a

³¹ Isabel Alexandra Fernandes, *op. cit.*, p. 70. Ver sobre as acções no Porto, David Martelo, *Cerco do Porto (1832-1833) – A Cidade Invicta*, Prefácio, Lisboa, 2001.

³² António G. Matoso, *op. cit.*, p. 188.

³³ Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, Vol. XVI, Editorial Enciclopédia, Lisboa/Rio de Janeiro, 1945 [?], p. 496.

³⁴ António G. Matoso, *op. cit.*, p. 188.

³⁵ *Idem*, p. 189.

publicação de medidas legislativas, destinadas a dar satisfação aos seus ideais políticos³⁶. D. Carlos teve neste momento um dos pontos altos da sua carreira, pois comandava um dos esquadrões que escoltava D. Miguel até Sines para este partir para o exílio (voltamos a este ponto mais à frente).

Na obra sobre as origens da Guarda Nacional Republicana, pode-se ler a caracterização e a acção de D. Carlos de Mascarenhas neste período:

«a sua espada figura em todo o resto da campanha liberal como um gládio arcangélico. Em Loures, para rebater um retorno ofensivo dos miguelistas, carrega com tal ímpeto, que os destroça sem esperança de próxima união. Na vanguarda do exército do Duque da Terceira, na batalha de Asseiceira, compete-lhe desanuviar a frente contrária, os quadrados cerram-se em blocos de pétrea resistência; não importa; num momento, no lugar mais arriscado, rutila o seu sabre fulminante, operando os milagres costumados; tudo se fragmenta, tudo dispersa, tudo foge, tudo se torna de um pânico que simplifica a tarefa dos que lhe vêm na cauda. A impressão é tão funda, que o imperador agracia-o com a comenda de Torre e Espada. É Capitão e tem honras de Coronel. Não contente com isto, confia-lhe o desempenho de uma missão delicadíssima. D. Miguel, vencido, obrigado a abandonar Portugal, vai embarcar em Sines; é Carlos de Mascarenhas quem comanda um dos Esquadrões da escolta que há-de guardar e defender dos insultos com que a plebe ultraja os vencidos em ocasiões semelhantes. A perícia é tão espontânea e natural, que todos lhe ficam gratos, amigos e adversários»³⁷.

Continuando a caracterizar D. Carlos dizia-se que «não era um sabrista como Joaquim Murat, galopando à frente de esquadrões emplumados, de uniformes de policromia ofuscante, nos campos de batalha da Alemanha ou da Áustria; não era um emir a meio de um crescente de cavalgadas fantasiosas a galoparem nos plainos da África do Norte; não um mameluco de roupagens flutuantes rubras ou alvinitentes a imitarem uma nuvem descida do firmamento e impeloda pelo sopro impetuoso do cálido siroco; era um simples oficial de cavalaria de um modesto exército de poucos milhares de cavaleiros, mas, quando desembainhava a espada e via na frente o inimigo que pretendia resistir-lhe, a sua esbelta figura de cavaleiro, à guisa de sereno de Marialva, aumentava, crescia, agigantava-se e chamava a si proporções por assim dizer apocalípticas»³⁸.

Foi agraciado com os graus de Oficial da Ordem Militar da Torre e Espada, devido à sua acção nos combates das linhas de Lisboa, e de Comendador da mesma Ordem, por D. Pedro, pelo

³⁶ Idem, p. 190.

³⁷ Guarda Nacional Republicana, *op. cit.*, p. 22.

³⁸ Idem, p. 23.

desempenho na batalha da Asseiceira, o que lhe dava honras de Coronel. Seguiu para o Alentejo e terminada a guerra civil, foi incumbido de com o seu Esquadrão³⁹ de acompanhar D. Miguel até este embarcar na fragata inglesa «Stag» que escoltada pelo «Nembrod» levantava *ferro* de Sines com rumo à baía de Cascais, donde partiu para Génova para o exílio, levando a cabo a espinhosa missão com coragem, nobreza e prudência.

5. A Divisão Auxiliar Portuguesa em Espanha: O Papel de D. Carlos de Mascarenhas

Com apenas 31 anos de idade foi convidado para Vice-Rei da Índia, cargo que recusou, tendo antes ido em 1835 para Espanha, integrado na Divisão Auxiliar, como iremos verificar de seguida.

Terminada a Guerra Civil, em 1835, Portugal resolveu apoiar Espanha que defendia os direitos da infanta D. Isabel II, e D. Carlos partiu para Espanha, integrado na Divisão Auxiliar, a campanha acabou por durar até 1837, o general da unidade aliada não parte por doença. Marcha à sua frente o Conde das Antas, sendo D. Carlos de Mascarenhas colocado à testa com dois Esquadrões do seu Regimento, sendo a sua acção muito notável, especialmente na batalha de Zambrana, sendo louvado pelos generais espanhóis Élio e Zarratequi, agraciado com a Ordem de S. Fernando e a Medalha de Mérito Militar de Espanha, por ter livrado «algumas vezes as tropas espanholas e portuguesas de situação crítica pela sua decisão pronta, oportuna de sublime dedicação e valentia»⁴⁰, e promovido ao posto de Major por distinção, em 19 de Junho de 1837. D. Carlos portou-se com a «habitual coragem. O seu nome é citado em várias ordens da divisão»⁴¹.

D. Carlos foi também agraciado com a comenda da Conceição, pelo governo português, e com a Cruz de S. Fernando de 1.^a classe pelo governo espanhol⁴². Passou a ser grã-cruz da Ordem de Avis, de Carlos III de Espanha, e de Alberto o valoroso da Saxónia, comendador e oficial da Torre e Espada, condecorado por três vezes no campo de batalha, em Espanha, em defesa do trono da Rainha Isabel I, nas batalhas de Valmosêda, Arlaban, Conhas e Arminon.

Enquanto esta Divisão se encontrava em Espanha, foi alvo de alterações, em 2 de Fevereiro de 1836, sendo dividida em duas colunas, das quais a segunda, sob o comando do Coronel José de

³⁹ A escolta por ordem do Ministro da Guerra do governo liberal estava a cargo do Regimento de Lanceiros da Rainha, comandado pelo tenente-coronel Simão Infante de Lacerda de Sousa Tavares, da qual faziam parte do regimento os Capitães António César de Vasconcelos Correia e D. Carlos de Mascarenhas, mais tarde ambos Comandantes Gerais da Guarda Municipal de Lisboa.

⁴⁰ *Idem*, p. 22.

⁴¹ *Ibidem*.

⁴² Christovam Ayres de Magalhães Sepulveda, *História da Cavallaria Portuguesa*, N.º 2, Imprensa Nacional, Lisboa, 1862, p. 171.

Sousa Pimental e Faria, ficando constituída por infantaria n.º 1 e 9, caçadores 3, e os dois esquadrões de lanceiros sob o comando de D. Carlos de Mascarenhas⁴³.

Posteriormente «o barão do Valle era substituído no commando da divisão pelo visconde das Antas em 21 de Outubro d'esse anno. Em 10 de Novembro o visconde pediu para Lisboa que lhe reforçassem os dois esquadrões de lanceiros com 15 homens e 30 cavallos, para compensar as perdas ordinárias que haviam soffrido, e n'essa occasião, referindo-se a D. Carlos Mascarenhas, dizia ao governo que elle era «um official muito distincto, pelo interesse e muito esmero com que se dedicava ao cumprimento dos seus deveres a todos os respeitos»⁴⁴.

Ainda sobre D. Carlos e a sua acção nos combates em Espanha dizia-se que em 18 de Junho, no combate dado pelo visconde das Antas para desalojar o inimigo dos postos de Peña Serrada, a acção das forças de D. Carlos tiveram uma acção importante, quando «as forças hespanholas atropeladas pela própria cavallaria em fuga, D. Carlos Mascarenhas está no pequeno rol de officiaes commandantes de unidades, elogiados pela sua conducta «superior a todo o elogio»⁴⁵, como constava da participação oficial do visconde das Antas, de 18 de Julho de 1837.

A divisão auxiliar recolhe e os corpos ficam fraccionados devido à revolta que se iniciava em Portugal. Quando regressou a Portugal, pediu a demissão pelo facto de apelar a “Revolta dos Marchais”, ocorrida entretanto, de luta fratricida, pedido este que foi aceite. D. Carlos que acompanhava o Conde das Antas pediu a demissão a qual foi aceite, bem como a todos os officiaes dos seus Esquadrões que o acompanharam no gesto, ficando na inactividade.

Esta revolta teve origem na triunfante a revolução de Setembro (1836), na qual foi abolida a Carta Constitucional e restabelecida a Constituição de 1822, até se elaborar a nova Constituição, que foi apresentada em 1838. Os «cartistas», porém, continuaram a agitar-se e fizeram a revolução denominada Belenzada, durante a qual foi assassinado o ex-ministro Agostinho José Freire, pela população amotinada (Novembro de 1836). Posteriormente succedeu-se a Revolta dos Marechais (1837), chefiada pelos marechais Saldanha e duque da Terceira. Por fim em 1842 triunfou a revolta de Costa Cabral, mais tarde marquês de Tomar, que restabeleceu a Carta Constitucional⁴⁶.

6. O Contexto Político português e o Comando da Guarda Municipal de Lisboa por D. Carlos

Pouco depois, a 12 de Junho de 1841, foi chamado de novo ao activo e, já com a patente de Tenente-coronel (promovido a 26 de Novembro de 1840), foi escolhido pelo Ministro do Reino,

⁴³ Idem, p. 169.

⁴⁴ Idem, pp. 169-170.

⁴⁵ Idem, p. 171.

⁴⁶ António G. Matoso, *op. cit.*, pp. 191-192.

Joaquim António de Aguiar, para comandar a Guarda Municipal de Lisboa, a qual veio a ser o seu sexto comandante.

Na altura reinava em Portugal D. Maria II, que em 1842, nomeia Costa Cabral para dirigir o governo de Portugal, passando o mesmo novamente para a posse dos conservadores, liderado por um homem autoritário, mas competente⁴⁷. Embora este governo fosse presidido pelo Duque da Terceira, mas dirigido, de facto pela incessante actividade de Costa Cabral⁴⁸.

Convém recordar que D. Carlos foi uma figura próxima e que acompanhou em vários combates o Duque da Terceira, sendo-lhe uma pessoa de confiança, razão que teve com certeza peso na escolha de D. Carlos para Comandante da Guarda, num período que era necessário manter a segurança e ordem pública na capital.

Durante o tempo em que era comandante da Guarda Municipal de Lisboa, a coroa escolhe-o para par do reino, por carta régia de 26 de Dezembro de 1844, tomando posse em 07 de Janeiro de 1845.

Ininterruptamente incumbe-se do encargo até que há uma solução de continuidade desde 28 de Maio a 06 de Outubro de 1846. Neste curto interregno foi substituído por José António Vieira da Fonseca, entre 25 de Julho de 1846 e 3 de Outubro de 1846⁴⁹.

Todavia, o ministério de Costa Cabral não foi longo, contra o qual conspiravam os Setembristas. Estes, aproveitando o descontentamento popular, provocado pelos regulamentos de saúde, que proibiam os enterramentos nas igrejas, acolheram com agrado o movimento de protesto iniciado no Minho, conhecido pela revolução da Maria da Fonte, na primavera de 1846 (Abril e Maio), e entraram na luta contra o governo. Este movimento acabou por se expandir ao país todo e deu origem a desacatos, a qual D. Maria II, viu-se obrigada a pedir a intervenção militar de Espanha, França e Inglaterra⁵⁰.

A reacção de Costa Cabral foi suspender as garantias e o recurso à força armada para travar este movimento. Todavia, faltou-lhe o apoio do exército, recusado pelo próprio Duque da Terceira, ministro da Guerra e seu comandante em chefe, o que levou Cabral a pedir a demissão. D. Maria II, para resolver a situação no momento, nomeou um governo moderado, presidido por Palmela, e Sá da Bandeira como ministro da Guerra. Mas rapidamente se apercebeu que estava tudo calmo e seguro e colocou novamente Costa Cabral, que se encontrava ausente em Espanha, dado considerar o único homem capaz de lhe assegurar o trono⁵¹.

⁴⁷ Isabel Alexandra Fernandes, *op. cit.*, p. 72.

⁴⁸ Ferreira Martins, *História do Exército Português*, Editorial Inquérito, Lisboa, 1945, p. 379.

⁴⁹ Existem fontes com datas diferentes, embora com diferenças/oscilações de dias, muito curtas, entre 1 a 3 dias.

⁵⁰ António G. Matoso, *op. cit.*, pp. 193-194.

⁵¹ Ferreira Martins, *op. cit.*, p. 380.

Todavia, começou por forçar Palmela a demitir-se e fazendo-se substituir por Saldanha, a 06 de Outubro, na presidência do governo. No dia seguinte a guarnição de Lisboa, em parada, aclamava a Carta. Mas, esta resolução da rainha, a que se chamou emboscada, provocou a imediata reacção – a Patuleia⁵².

A consequência destes actos foi uma guerra civil de 8 meses, a Patuleia, que apenas terminaria com a assinatura da Convenção de Gramido, a 30 de Junho de 1847, após a intervenção de forças militares estrangeiras ao abrigo da Quádrupla Aliança.

Neste momento os amigos sinceros de D. Maria II não hesitam em a arremessar para um plano escorregadio no fundo do qual a aguardavam a abdicação e o exílio. Dos mais fiéis, estava D. Carlos de Mascarenhas⁵³. Embora ele tenha deixado (ou sido forçado a isso pelas circunstâncias⁵⁴) o Comando da Guarda Municipal de Lisboa durante o período da primavera de 1846.

Depois, continua até 16 de Maio de 1851, deixando de ser o mais demorado chefe da «patriótica corporação», dirigindo-a durante mais de 10 anos. Sendo ainda reconhecido como «o bravo oficial que gravou nos anais da moderna cavalaria portuguesa traço indelével de cavalheirismos indefectível»⁵⁵.

Manteve hábil, permanente e prudentemente a ordem na Capital, apesar da exaltação política que durou até 1851, sempre fiel e dedicado servidor de D. Maria II. Manteve-se no cargo até à regeneração, a qual impediu que a ordem pública seja perturbada na capital apesar dos diários conflitos de facção.

Com a regeneração que teve a sua origem em:

«Em Abril de 1851, o Marechal de Saldanha revoltou-se apoiado por um pronunciamento militar no Porto. Ao novo movimento chamou a «regeneração de Portugal», passando os seus partidários a ser conhecidos como «regeneradores» (...).

A burguesia pretendia um governo forte mas maleável, que lhe garantisse a tranquilidade e expansão económica. O prestígio de Saldanha servia a primeira, os planos de Fontes Pereira de Melo asseguravam a segunda (...). O período do idealismo chegara ao fim. Entre aristocratas e burgueses as diferenças foram-se minimizando. De 1851 até ao surto do Partido republicano nas décadas de oitenta e noventa, pode dizer-se que não houve em Portugal, «oposição» real às instituições, às formas de governar e às políticas ou estruturas económicas e sociais (...) Em resumo, poder-se-ia dizer, que, com o ano de 1851, se

⁵² Idem, pp. 380-381.

⁵³ Guarda Nacional Republicana, *op. cit.*, p. 26.

⁵⁴ Não cabe neste âmbito procurar saber das razões que o tenham levado a sair neste curto interregno temporal. Todavia, consideramos interessante em futuras investigações desenvolver este ponto.

⁵⁵ Idem, p. 22.

conseguiu a adaptação final do País às novas condições nascidas da perda do Brasil e do ruir do regime antigo. (...). Esta firme manutenção do poder por uma burguesia unificada iria durar meio século (...)»⁵⁶.

Neste período, em 1851, a burguesia, aliada à aristocracia, consegue impor uma estabilidade em seu favor, e a monarquia constitucional seguirá durante os reinados de D. Pedro V e D. Luís num clima de acalmia conservadora⁵⁷.

Também em 1852, foram convocadas as cortes e elaboram o Acto Adicional à Carta Constitucional, desse mesmo ano, destinado a modificar algumas disposições em que a maior oposição vinha dos Setembristas. A Carta ainda sofreu nova modificação, com o Segundo Acto Adicional à Carta Constitucional (1855)⁵⁸. Convém recordar que aquando do primeiro acto adicional, já D. Carlos não era Comandante da Guarda Municipal de Lisboa, e no ano do segundo acto adicional, foi novamente convidado a regressar ao activo para o desempenho de funções na casa do monarca.

Regressando ao ponto central agora abordado, a Guarda Nacional, «nascida e dissolvida durante a primavera de 1823, reactivada em 1834 e finalmente extinta em 1846, resultou de uma intenção liberal em criar um Corpo cuja fidelidade ombreasse com a devida à causa absolutista pela Guarda Real da Polícia, a cuja debandada e posterior extinção, em 26 de Maio de 1834, sucedeu a Guarda Municipal de Lisboa, criada por Decreto de 03 de Julho desse ano e composta por um Estado-Maior, três Companhias a cavalo e seis a pé. Um mês antes terminara, com o exílio de D. Miguel, a realeza absoluta em Portugal».⁵⁹

Como podemos constatar através do enunciado alguns anos depois, «sendo urgente a necessidade de se prover á segurança da Capital no ano de 1834, pela extinção da guarda real de polícia, diz D. Pedro duque de Bragança no decreto 3 de Julho daquelle anno: Hei por bem, em nome da raina, crear nos seguintes artigos a guarda municipal de Lisboa para manter o socego publico, affiançando a segurança da cidade, sem ameaçar a sua liberdade»⁶⁰.

Como ficou sublinhado numa obra relativa à história da Guarda, na época, a criação da Guarda Municipal, assinada pelo regente D. Pedro IV, em nome da soberana, deu origem a várias discussões, nomeadamente a discussão do diploma levava demoradas sessões e controvérsia acalorada. A denominação exigira estudo, avalanches de considerações. Conviera-se em eliminar as

⁵⁶ Oliveira Marques, *História de Portugal*, cit., Bernardina Felgueiras, *op. cit.*, pp. 287-288.

⁵⁷ Bernardina Felgueiras, *op. cit.*, p. 289.

⁵⁸ António G. Matoso, *op. cit.*, p. 194.

⁵⁹ Pedro Duarte, *Regimento de Infantaria da Guarda Nacional Republicana – A Nossa História*, GNR/RI, Lisboa, 2001, p. 19.

⁶⁰ Breyner, “O Exercito e a Policia”, *Revista Militar*, N.º 1, 1862, p. 11.

palavras real e de certo modo o de polícia. Acordou-se na de «Guarda Municipal». Deste modo serviria para defesa do trono e da ordem que a ela andava intimamente ligada, sem que, contudo, a tropa de linha e outra, que então existia, sentissem pruridos de despeito⁶¹.

Na mesma obra eram incluídas em anexo (A), anotações do Comando-geral da GNR, acerca das razões da sua criação, onde podemos constatar o seguinte:

«Terminada a guerra civil entre partidários de D. Pedro e D. Miguel (...), mas a luta entre liberais vencedores ia começar, e com ela, novas discórdias e novas calamidades surgiram para o nosso país, já tão duramente castigado na sua economia e no precioso sangue de seus filhos.

As duas facções políticas, unidas, embora muitas vezes aparentemente, durante o domínio miguelista, começavam agora a degladiar-se em busca da preponderância dum dos partidos, triunfo a alcançar por qualquer preço por reacções e agitações revolucionárias constantes, a que infelizmente não era estranho o Exército que tinha à sua frente como ídolo da oposição o irrequieto marechal de Saldanha.

Com um exército ocioso, numeroso, indisciplinado, consciente da sua vitória e contaminado pelo vírus da política, desde os seus mais prestigiosos chefes ao mais humilde soldado; com a invasão de Lisboa por gente ociosa e turbulenta que por várias causas a ela tinha afluído, fácil é de adivinhar o descalabro da segurança pública e a necessidade de se criar imediatamente uma força capaz de a estabelecer e manter, alheia à política e aos interesses partidários que desenfreadamente corrompiam aspirantes a governantes e governados»⁶².

É nesta linha que D. Carlos é escolhido pelo Reino dadas as suas ligações aos vencedores da guerra civil, mas que sabia manter uma equidistância necessária no exercício das suas funções, como já o tinha provado antes. Desta forma, pretendia-se assim criar um corpo policial que fosse fiel ao Reino e lhe desse garantias.

Em Abril de 1845, durante o Comando de D. Carlos de Mascarenhas a Guarda Municipal de Lisboa instalou-se no Carmo, onde permaneceu até aos dias hoje o Comando das sucessivas instituições que se seguiram.

Nas funções de comandante da Guarda Municipal de Lisboa, «a acção de D. Carlos de Mascarenhas acentua-se agora às outras, em ser um primoroso treinador. Retocava no fundo donde sobressaía um perfil de relevo. Adestrava os cavaleiros e tornava-os picadores exímios, adaptando no mais elevado ponto os animais ao labor a quem eram destinados. Às praças habitou-as a adquirir

⁶¹ Guarda Nacional Republicana, *op. cit.*, p. 15.

⁶² *Idem*, p. 65.

a consciência do que valiam e a adequarem-se às inúmeras modalidades em que tinham de demonstrar a sua especialíssima educação e disciplina. A Guarda, durante a sua extensa interferência, só intervinha em circunstâncias extremas. Nos conflitos, nas manifestações tão do agrado dos lisboetas era ele quem, acompanhando apenas do seu ajudante, comparecia no lugar das arruaças. Então, com a sua imensa autoridade moral, com o prestígio que o nimbava, falava aos costumases mais irreduzíveis; de tal modo lhes penetrava no coração e no espírito numa linguagem clara, persuasiva, de dialéctica, acessível à sua mentalidade, que o tumulto ver se desfazia. As suas palavras concisas, repletas da eloquência singela dos oradores militares, valiam mais do que as pranchadas despedidas pelos pulsos mais vigorosos»⁶³.

D. Carlos de Mascarenhas deixou igualmente na Guarda uma marca importante na vertente cultural e musical, foi ele, enquanto comandante, em Outubro de 1846, que criou novamente a Banda⁶⁴, que a organizou em harmonia com o que veio a ser regulamento das Bandas de Música de 1872 e pelas instruções de 27 de Outubro desse mesmo ano, continuando os seus componentes incluídos no número de soldados, até que pela nova organização da Guarda em 18 de Abril de 1890 se estabeleceu um novo regulamento⁶⁵.

Um dos papéis mais ingratos e difíceis da Guarda Municipal neste período era o da «ordem» nas execuções capitais⁶⁶, a última execução conhecida em território Português foi feita em Lagos em 1846⁶⁷.

Anos mais tarde, D. Pedro V aboliu a pena de morte no seu reinado. A Guarda Municipal deixou de cumprir um dos seus deveres mais difíceis e complicados⁶⁸.

Falando em questões culturais e científicas é de sublinhar que foi também neste período, 12 de Janeiro de 1837, que foi fundada a Academia Militar, na altura designada de Escola do

⁶³ Idem, p. 23.

⁶⁴ Idem, p. 91, nota de rodapé n.º 1: «A Guarda Municipal de Lisboa, sempre teve banda de música. A primeira que teve era contratada e custeada pelos oficiais da mesma Guarda.

No ano de 1837 era esta banda de música avisada, a 18 de Outubro, para às 6 da manhã do dia 19, comparecer no Alto da Portela, onde devia esperar pela Guarda e incorporar-se nela.

A 26 de Novembro era ela mandada pertencer à Guarda. Depois foi organizada uma banda de música com 19 soldados, que foram contratados a 4 de Janeiro de 1838, a qual foi extinta por portaria de 7 de Julho de 1846, por proposta do Comandante Geral interino João Firmino de Lemos Corte Real», tendo vindo a ser criada novamente nesse ano por D. Carlos de Mascarenhas, quando retomou o comando da Guarda.

⁶⁵ Idem, p. 91.

⁶⁶ Idem, p. 24.

⁶⁷ “A Pena de Morte em Portugal”. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Pena_de_morte_em_Portugal. Consultado: [18-07-2011].

⁶⁸ Guarda Nacional Republicana, *op. cit.*, p. 26.

Exército⁶⁹, pelo General Bernardo de Sá Nogueira de Figueiredo, Marquês Sá da Bandeira, pertencente ao mesmo grupo de oficiais liberais, tal como D. Carlos de Mascarenhas.

Foi também nesta época, em que D. Carlos era já Comandante da Guarda Municipal de Lisboa, que foi fundada a *Revista Militar*, em 1 de Dezembro de 1848, por um grupo de 26 oficiais do Exército e da Armada, dirigidos pelo então Tenente Fontes Pereira de Mello, sendo um dos primeiros títulos da imprensa militar portuguesa, sendo actualmente o mais antigo Órgão da Imprensa Militar Mundial com publicação ininterrupta, que teve na época um papel importante na dinamização das Forças Armadas e do país.

Posteriormente, as características de D. Carlos vieram de novo ao de cima quando «o movimento chamado da «Maria da Fonte» contra o ministro Costa Cabral, Conde de Tomar, atingiu proporções de revolução. Os amigos sinceros de D. Maria II não hesitam em arremessar para um plano escorregadio no fundo do qual guardavam a abdicação e o exílio. Dos mais fiéis, D. Carlos de Mascarenhas pode apontar-se como um deles. Toda a província do Minho adere à excitação revolucionária. Sucedem-se as amnistias. Precipitam-se as medidas de excepção. A 24 de Junho de 1846, canta-se pela primeira vez o hino da *Maria da fonte*, em casa do Marquês de Niza. A 30 de Maio de 1847, a esquadra das potências aliadas apresa a esquadilha setembrista à saída do Porto, o que origina o deslocamento do teatro das operações dos revolucionários»⁷⁰.

Embora já tenhamos abordado este assunto antes, importa lembrar que quando, em 1851, Saldanha se revoltou, D. Carlos fez o possível para limitar a sedição, mas com o triunfo da Regeneração, já como Coronel (promovido a 19 de Abril de 1847), pediu a exoneração do comando que lhe estava atribuído e retirou-se para a vida privada, de onde o tiraram, para em 1855, ocupar o cargo de ajudante de campo do jovem D. Pedro V, já como Brigadeiro, a qual tinha sido promovido em 19 de Abril de 1851.

Esta chamada a novas funções deveu-se a que em 24 de Setembro de 1834 morreu D. Pedro IV e a 15 de Novembro de 1853 falece D. Maria II. Em 1855, é organizada a casa militar do Rei D. Pedro V. D. Carlos de Mascarenhas é nomeado seu ajudante de campo e comandante do Regimento de Lanceiros n.º 2, da Rainha⁷¹. Como Brigadeiro manteve-se assim no regimento e continuou na casa militar do monarca.

⁶⁹ Todavia, as suas origens remontam a 1640, ano a partir do qual surgiu pela primeira vez o ensino militar em Portugal, com a criação em 1641 da Aula de Artilharia e esquadria, por decreto de 13 de Maio de D. João IV. Em 1790, no reinado de D. Maria I foi criada a Academia Real de Fortificação, Artilharia e Desenho. A designação de Escola do Exército manteve-se entre 1837 e 1911.

⁷⁰ Idem, p. 26. Este ponto foi tratado também antes, apenas voltamos a ele para destacar o papel de D. Carlos de Mascarenhas nesta acção.

⁷¹ Idem, p. 24.

Foi distinguido ao longo da sua larga e honrada carreira, com o título de Nobre, Gentil-Homem da Câmara de D. Pedro V e seu Ajudante-de-Campo. Foi par do Reino e Comandante da Guarda Municipal, tendo sido agraciado com os graus de Grã-Cruz da Ordem Militar de S. Bento de Avis, de Carlos III, de Espanha e de Alberto o Valoroso, da Saxónia, e de Comendador da Ordem Militar de Torre e Espada.

7. D. Carlos de Mascarenhas: reconhecimentos finais e escritos posteriores

D. Carlos de Mascarenhas faleceu a 3 de Maio de 1861, dia em que mais tarde veio a ser criada a Guarda Nacional Republicana, a qual comemorou este ano os seus 100 anos, tendo D. Carlos comandado uma das suas antecessoras. Tendo sido enterrado no dia 4 de Maio, pelas 11H00, no cemitério de S. Domingos de Benfica, na altura como Brigadeiro dos «reaes exercito» e ajudante de campo de Sua Majestade El-Rei D. Pedro V. As honras foram feitas por uma Brigada composta por caçadores n.º 1, infantaria 16 e uma bateria de artilharia, comandada pelo Sr. Brigadeiro Taborda, a qual esperou o cadáver à porta de igreja, desdobrando-se pela estrada na frente do palácio do Sr. Marquês da Fronteira⁷².

O corpo era transportado por praças da Guarda Municipal de Lisboa e do Regimento de Lanceiros n.º2, corpos que D. Carlos tinha comandado, segurando as extremidades dos cordões, os ajudantes de campo de El-Rei e outras personagens, seguindo-se depois o Sr. Infante D. João e o Sr. Duque de Saldanha, entre outros⁷³.

Poucos dias após a sua morte, a *Revista Militar*, descrevia da seguinte forma o funeral e D. Carlos:

«Se em casos taes pode haver algum vislumbre de consolação, de certo que os amigos do sr. D. Carlos a devem ter, por quanto tudo o que há de bom na sociedade portugueza existente na capital, foi dar um testemunho de sua saudade, acompanhando o cadáver do valente general: o corpo diplomático, os generaes e mais officiaes do exercito, ecclesiasticos de diversas cathogorias, empregados públicos, negociantes, tudo, até o povo de classe mais baixa, que à beira da estrada deixava correr as suas lágrimas sinceras pelo fidalgo affavel, pelo militar distincto e pelo homem leal que acabayam de perder»⁷⁴.

Mais à frente continuava a Revista com a descrição,

«porém, porque é destino fechar a lousa aos companheiros da vida, não deixa de ser legitima a dor que sentimos nessa eterna separação: dor que mais se augmenta quanto mais

⁷² A. F. de Sousa Pinto, "O Serenissimo Sr. Infante D. João -- Biografia", *Revista Militar*, n.º 5, 1862, p. 304.

⁷³ *Ibidem*.

⁷⁴ *Ibidem*.

preclaras são as qualidades daquelle que perdemos. E' por isso que em nome do exercito, vimos aqui tributar um preito de saudade por este inesperado passamento; e em quanto mais detidamente não apresentamos neste mesmo jornal os traços biographicos do valente e lealdoso militar que a pátria perdeu, limitar-nos-emos a dizer: -- Filho de antiga e nobre casa não desmentiu a origem imitando seus avós, os extremados Mascarenhas, por um valor; leal até onde se póde levar a amplitude da expressão, foi um outro Martins de Freitas entre os fidalgos, um Phebo Moniz entre os do povo; urbano no trato, affavel para todos, foi no rigor da expressão um extremado cavalheiro»⁷⁵.

Termina sublinhando que «como este fidalgo, vem poucas vezes ao mundo um conjunto de tantas qualidades boas, e por isso, a nossa saudade redobrada quando somos forçados a dar o extremo adeus ao nosso antigo companheiro d' armas, o Sr. D. Carlos de Mascarenhas»⁷⁶.

No n.º 5 da *Revista Militar* de 1862, podia-se ler a respeito da importância e do perfil de D. Carlos na formação do Infante D. João, «teve por seu mentor nesta aprendizagem o lealdoso fidalgo D. Carlos de Mascarenhas, homem que foi, e será apontado na história como o typo do militar honrado e valente. Foi este que no campo lhe ensinou a brandir a espada e a commandar a tropa, na secretaria regimental a estabelecer com methodo e a regular com justiça, tudo o que pertence a administração do corpo»⁷⁷.

Continuava dizendo que «era o Sr. Infante D. João como fica dito contestável do reino, 4.º duque de Beja, gram cruz das três militares e das de Torre de Espada, da Conceição, e da de Ernesto de Saxe Coburgo. Legou ao regimento de commando a espada que usaram e que se dignara receber de seu antecessor, o sr. D. Carlos de Mascarenhas»⁷⁸.

Dizia-se ainda que quando se falava da história de cavalaria 4, referia-se que:

«N' uma das salas, actualmente a secretaria do regimento, existe a espada legada a este corpo pelo Senhor Infante D. João, que fora offerecida a Sua Alteza pelo valente general D. Carlos de Mascarenhas no dia em que o Senhor tomou o commando destes do mesmo regimento. Tinha sido dadiva do partido liberal a D. Carlos de Mascarenhas, quando fez parte da divisão auxiliar em 1836. É de fina tempera e commemorava uma das mais brilhantes e renhidas acções em que D. Carlos de Mascarenhas se distinguiu. O Infante D. João, sentindo-se a morrer, e querendo deixar uma lembrança saudosa, legou.lhe a histórica espada que D. Carlos lhe dera, a qual foi entregue, pouco depois do fallecimento de sua

⁷⁵ Idem, pp. 304-305.

⁷⁶ A. F. de Sousa Pinto, "Noticias Diversas", *Revista Militar*, n.º 9, 1861, p. 305.

⁷⁷ A. F. de Sousa Pinto, "O Serenissimo Sr. Infante D. João -- Biografia", *op. cit.*, p. 146.

⁷⁸ Idem, p. 148.

Alteza, pelo próprio monarcha nos paços de Cachias, a uma grande commissão presidida pelo coronel Borges e compotsa de dois officiaes superiores, um Capitão, um official inferior de todas as graduações, um cabo de esquadra, um anspeçada e um soldado»⁷⁹.

Numa obra que descreve a história da cavalaria portuguesa, quando se referia ao Regimento de Lanceiros n.º 2 da Rainha, escrevia-se também acerca de D. Carlos o seguinte: «A este regimento se liga também, como se viu, o nome de um dos officiaes mais distinctos da arma de cavallaria, D. Carlos de Mascarenhas, de cuja biographia dá um seu chronista os seguintes traços, que são também os traços biographicos d'esse regimento»⁸⁰.

Ficou assim D. Carlos na história da cavalaria portuguesa e do Exército de Portugal, como se descreve a síntese do seu percurso:

«Quando se organizou o Regimento de Lanceiros da Rainha, D. Carlos Mascarenhas pediu a Sua Magestade Imperial o commando de uma das companhias, e á frente d'ella fez todo o resto das campanhas.

Esteve na batalha de 24 de Julho nas linhas do Porto. Igualmente assistiu ao combate, quando se levantou o sitio, recebendo ordem desde logo para embarcar para Lisboa, onde entrou em todos os combates durante o sitio d'esta capital, á esta de um esquadrão do seu regimento. Na batalha que teve lugar na saída das linhas, collocado entre as duas estradas de Telheiras e da Luz, teve occasião de dar uma carga brilhante, na qual fez o relevante serviço, luctando com forças muito superiores á do seu commando de salvar um regimento de infantaria, que estava inteiramente envolvido, sendo ahi condecorado com a medalha da Torre e Espada.

Na acção de Loures, que teve logar no dia seguinte, mereceu a sua conducta os elegios do Marechal Duque de Saldanha.

Durante os primeiros mezes do sitio de Santarém mostrou a sua actividade e intelligencia no serviço de postos avançados. Commandou um esquadrão do seu regimento no corpo do exercito que acompanhou o Marechal Saldanha no movimento que fez sobre Leiria e Pernes. Na acção que teve logar n'esta villa, teve occasião de carregar um quadrado de infantaeria, em que mostrou uma tal coragem, que mereceu a admiração dos seus illustres chefes e camaradas.

⁷⁹ Citação de uma Revista Militar de 1862, Christovam Ayres de Magalhães Sepulveda, *História da Cavallaria Portuguesa*, N.º 2, Imprensa Nacional, Lisboa, 1862, p. 183.

⁸⁰ Christovam Ayres de Magalhães Sepulveda, *op. cit.*, pp. 177-178.

Alguns mezes depois foi mandado com o seu esquadrão unir-se ao corpo do exercito do duque da Terceira, que marchava das províncias do norte sobre Thomar e reunindo-se nas planícies de Ourem, achando-se próximo o inimigo em força, o Marechal Duque da Terceira confiou-lhe a vanguarda do seu corpo do exercito.

Quarenta e oito horas depois teve logar a gloriosa batalha de Asseiceira. A conducta do sr. D. Carlos n' esse dia é bem conhecida do exercito e do paiz. Somente diremos n' um momento de grande duvida do bom êxito da batalha, o sr. D. Carlos, à frente de oitenta cavallos, atacou seis esquadrões commandados pelo general em chefe inimigo, pondo em completa derrota a dita força, aprisionando duas baterias de artilharia, tendo o general e chefe de se salvar, seguido de uma ordenança e de alguns ajudantes de campo.

É fora de duvida que muito contribuiu pela sua decisão e coragem para o completo triumpho d'esse dia.

Foi condecorado com a commenda da Torre e Espada, grande distincção para um simples Capitão, porque lhe dava honras de Coronel.

Acabada a guerra em prol da liberdade do paiz, o sr. D. Carlos foi à Hespanha mostrar ao estrangeiro dos dotes que como soldado lhe haviam admirado os seus conterrâneos. Bastaria dizer que, em dois annos que ali esteve, foi promovido por distincção a major no campo de batalha, e três vezes condecorado com a medalha de S. Fernando. Para demonstrar qual o seu porte n'essa difficil campanha em que a divisão auxiliar do commando do general barão das Antas tomou parte bastante activa, desceremos, porem, a alguns detalhes.

Entrou em todos os combates que tiveram logar n'aquella epocha, excepto no de Valle de Macedo. Entrou também na tomada das montanhas de Arlavans. No regresso da sortida que fez de Victoria a Villa Real, quando já o comandante estava na cidade, foi a cauda da columna atacada por uma força facciosa, e o sr. D. Carlos com os lanceiros do seu commando conseguiu destroçar o inimigo, deixando no campo a maior parte, mortos ou feridos.

Por este feito foi condecorado com um grau na ordem de S. Fernando, e obteve o posto de Major.

Em Peña Serrada, tendo os facciosos atacado as tropas constitucionaes, foi a victoria parte da divisão auxiliar, na qual e entravam os lanceiros do commando do sr. D. Carlos, esta força destroçou o inimigo, fazendo o seu commandante maravilhas de valor, como era de costume»⁸¹.

⁸¹ Idem, pp. 178-183.

8. Considerações Finais

O nome e o reconhecimento público foi-lhe também feito pela cidade de Lisboa, ao atribuir o seu nome – D. Carlos de Mascarenhas - a uma rua da capital, na zona de Campolide.

É a partir de agora o primeiro patrono dos cursos da Academia Militar, que desempenhou funções nas duas instituições, Exército e GNR (na época Guarda Municipal), o que é uma marca indelével no ano em que se comemorou os 20 anos de formação de oficiais da GNR na Academia Militar e no ano que esta a Guarda comemorou os seus 100 anos.

Os seus feitos foram destacados ao longo da sua carreira, como ficou demonstrado anteriormente, como militar, comandante e homem. Militar valoroso, valente e determinado; comandante das primeiras linhas das frentes de combate; homem de valor e princípios.

São as qualidades e os feitos do Patrono – Brigadeiro D. Carlos de Mascarenhas – que irão servir de guia e referência para os novos alunos dos cursos de entrada na Academia Militar no ano lectivo 2011-2012, no desenvolvimento de todas as suas acções académicas, militares e pessoais, ao longo do curso e no decurso profissional e pessoal.

Fontes e Bibliografia

Fontes Manuscritas

Processo Individual do Brigadeiro D. Carlos de Mascarenhas. Caixa n.º 1943 do Arquivo Histórico Militar.

Fontes Imprensas

BREYNER, “O Exército e a Polícia”, *Revista Militar*, n.º 1, 1862.

DUARTE, Pedro, *Regimento de Infantaria da Guarda Nacional Republicana – A Nossa História*, GNR/RI, Lisboa, 2001.

FELGUEIRAS, Bernardina, *História de Portugal*, Politécnica Editora, Lisboa, 1978.

FERNANDES, Isabel Alexandra, *Reis e Rainhas de Portugal*, Texto Editora, Lisboa, 1999.

GUARDA NACIONAL REPUBLICANA, *Origens da Guarda Nacional Republicana*, Parte I, GNR, Lisboa, 1949.

GRANDE ENCICLOPÉDIA PORTUGUESA E BRASILEIRA, Vol. XVI, Editorial Enciclopédia, Lisboa/Rio de Janeiro, 1945 [?].

HENRIQUES, Américo Fernandes, (introdução), *Os Oficiais do Exército de Dom Pedro*, Guarda-Mor, Lisboa, 2008. Edição Reeditada, Original publicada em 25 de Julho de 1833.

NOGUEIRA, José Manuel Freire, *As Guerras Liberais. Uma Reflexão Estratégica sobre a História de Portugal*, Edições Cosmos/IDN, Lisboa, 2004.

MARTELO, David, *Cerco do Porto (1832-1833) – A Cidade Invicta*, Prefácio, Lisboa, 2001.

MARTINS, Ferreira, *História do Exército Português*, Editorial Inquérito, Lisboa, 1945.

MATOSO, António G., *Compêndio de História Universal*, 7.^a ed., Sá da Costa Editores, Lisboa, 1967.

MIRANDA, Jorge, *O Essencial Sobre a Constituição Portuguesa*, INCM, Lisboa, 1986.

MIRANDA, Jorge, *Manual de Direito Constitucional, Tomo I – Preliminares: O Estado e os Sistemas Constitucionais*, 7.^a Ed., Coimbra Editores, Coimbra, 2003.

PINTO, A. F. de Sousa, “Noticias Diversas”, *Revista Militar*, n.º 9, 1861.

PINTO, A. F. de Sousa, “O Serenissimo Sr. Infante D. João – Biografia”, *Revista Militar*, n.º 5, 1862.

SEPÚLVEDA, Christovam Ayres de Magalhães, *História da Cavallaria Portuguesa*, N.º 2, Imprensa Nacional, Lisboa, 1862.

SEPÚLVEDA, Christovam Ayres de Magalhães, *História da Cavallaria Portuguesa*, N.º 4, Imprensa Nacional, Lisboa, 1862.

SOARES, Alberto Ribeiro (Coord.), *Os Generais do Exército Português*, Vol. II, Tomo I, Biblioteca do Exército, 2003.

SOUSA, Pedro Alexandre Marcelino Marquês de, “Tenente-General António da Costa e Silva (1782-1856), 1.º Visconde de Ovar”, *Patrono dos Cursos de Entrada na Academia Militar, ano lectivo 2010-2011*, CAVE, Amadora, 2010.

Fontes da web:

“A pena de Morte em Portugal”. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Pena_de_morte_em_Portugal. Consultado: [18-07-2011].